

# DISCURSO, MEMÓRIA E SENTIDO: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL E CRISE IDENTITÁRIA DO SUJEITO PROFESSOR NO GÊNERO CHARGE

Ayanne Mayelle da Silva Ferreira (UFPB)

[ayanne\\_mayelle@hotmail.com](mailto:ayanne_mayelle@hotmail.com)

Keila Gabryelle Leal Aragão (UFPB)

[gabryelleal@gmail.com](mailto:gabryelleal@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar os discursos que circulam, na esfera social sobre o perfil político e simbólico do sujeito professor, assim, verificaremos os possíveis efeitos de sentido e a memória discursiva que são manifestados e acessados para interpretarmos charges que revelam a representação social e (des)construção identitária do “ser professor”, tendo em vista os estereótipos estabelecidos socialmente sobre este profissional no Brasil. Para tanto, nos embasaremos teoricamente na Análise de Discurso de base francesa e, como pressuposto de análise destacamos as seguintes categorias teóricas: discurso, sujeito, poder, identidade, memória e sentido, conceitos estes apresentados pelos seguintes autores: Pêcheux (1999), Foucault (1979;1987) e Hall (2006), Pimenta (2008), Orlandi (2007), Fernandes (2008), entre outros. O *corpus* é composto por duas charges retiradas da internet e que servem à finalidade deste artigo. No decorrer da análise verificamos que a imagem do sujeito professor passou por um processo de (des)construção e (des)estabilização social e política que se configura como uma crise identitária, sendo esta assegurada por mudanças e/ou inversões de valores e de significações simbólicas ocorridas na sociedade pós-moderna, o que implica ainda novas relações de poder e saber que foram (re)estabelecidas ao longo do tempo devido a emergência de uma sujeito descentrado, disperso e heterogêneo em suas práticas discursivas. A identidade da profissão docente, antes tida como algo fixa e estável, passou a ser um lugar de lutas e conflitos precisado pelos processos de desarticulações e transitoriedades que provocaram no sujeito social instabilidades e deslocamentos, fatores estes que favoreceram rupturas nas novas relações e práticas discursivas que se estabeleceram na sociedade contemporânea, possibilitando o surgimento de novas e múltiplas identidades.

**Palavras-chave:** Discurso; Memória; Identidade.

## INTRODUÇÃO

Pensar sobre a profissão docente na atualidade é saber que existem várias significações sobre o sujeito professor, estas passaram por um processo de (des)construção ao longo do tempo e, conseqüentemente, novos sentidos foram se construindo, haja vista os novos dilemas e desafios mostrados a partir da modernidade. Com isso, sabemos que há redes de memória que configuram determinados sentidos e não outros, sendo estes perpassados pela história e pela ideologia.

Partindo desse domínio, o objetivo desse artigo é analisar charges que revelam sentidos e redes de memória sobre a profissão docente e seu perfil político e simbólico desvendado a partir de sua posição e situação marcada pelo histórico e pelo social na realidade brasileira. Desta feita, ao considerarmos que as construções identitárias são marcadas por movências e descontinuidades históricas e discursivas, analisaremos ainda a construção imagética e a crise identitária enfrentada pelo “ser professor”, principalmente, nos dias atuais. Para tanto, selecionamos duas charges que circulam na internet e, que consequentemente, suscita a natureza da pretensa análise.

Assim sendo, nos embasamos teoricamente na Análise do Discurso (AD) de base francesa, esta, considerada uma ciência de entremeio, uma vez que, relaciona-se com vários outros campos teóricos. O que está em jogo neste campo do saber são os processos de significação construídos numa dada instância histórica e social, nesse sentido, afirma Ferreira (2000. p. 40) que “[...] a AD vai operar com “fatos de linguagem”, considerando neles seu caráter material, sua historicidade”.

Vale lembrar que, a AD começou a ganhar respaldo na década de 60, na França e teve como precursor Michel Pêcheux. Este se preocupou em problematizar as relações do discurso e seus dispositivos de análise, tendo em vista a noção de sujeito e de ideologia.

No que tange o marco histórico da AD, dizemos que este campo teórico se constituiu a partir de três domínios disciplinares: o Materialismo Histórico – teoria do social; a Psicanálise – teoria do sujeito; e a Linguística – teoria semântica da enunciação. Desse modo, a AD enquanto campo teórico,

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (Orlandi, 2005. p. 20)

Nesse sentido, a função cabível ao analista do discurso, é justamente compreender o funcionamento discursivo e explicitar os processos de significação presentes nas materialidades textuais e/ou discursivas. Como afirma Fernandes (2008. p. 23) “[...] é preciso sair do especificamente linguístico, descortinar o que está entre a língua e a fala, fora delas [...]”.

O objeto de estudo da AD, como o próprio nome já sugere, é o *Discurso* entendido como prática, mediação, processo de produção de sentido (ORLANDI, 2007. p. 28). O

discurso é, pois, o lugar onde a língua e a história se entrecruzam e mobilizam efeitos de sentido.

Assim sendo, a noção de *sujeito*, em AD, é definida “como um objeto construído por processos que lhe são exteriores” (FERNANDES, 2012. p. 96), o sujeito é, portanto, heterogêneo e disperso, constituído historicamente, seu dizer é perpassado por outros dizeres que, conseqüentemente, revelam o lugar de que se fala, a sua posição social, histórica e ideológica.

Desse modo, o discurso não pode ser analisado separado das condições de produção que o envolve ou o possibilita, como a situação histórica, social e ideológica, os sujeitos e o lugar de onde enunciam. São estas as condições que criam evidências de sentido e autoriza a mobilização de sentidos outros marcados historicamente, logo, a linguagem está na confluência entre a história e a ideologia.

## **1. MEMÓRIA E SENTIDO: QUANDO O PASSADO E O PRESENTE SE ENTRECruzAM..**

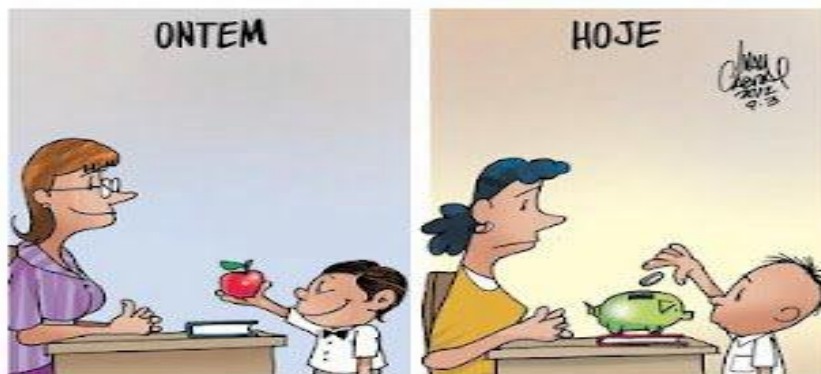
Para a AD “[...] toda e qualquer materialidade simbólica de significação funciona como lugar de memória discursiva” (FONSECA-SILVA. 2007. p. 19), assim, a memória discursiva— *interdiscurso*—é caracterizada como a categoria responsável pela mobilização das redes de sentido que são evidenciados na ordem da história, do social, do simbólico e do linguístico. A memória discursiva, segundo Pêcheux (1999), serve para “restabelecer os implícitos”, que são conferidos a partir de uma dimensão histórica, social e discursiva.

Desta feita, a charge, mais do que uma imagem, é um gênero textual discursivo que possui caráter histórico e político. Sua função é, pois, satirizar e/ou problematizar com humor e/ou ironia situações específicas e reais enfrentadas por uma determinada sociedade. Assim, a materialidade linguística e/ou discursiva presente na charge, revela o lugar onde a memória discursiva e social manifestam sentidos possíveis e múltiplos, estes estão no domínio do visível e do imaginário - social e coletivo - dado as diversas materialidades simbólicas de significação que circulam na sociedade, a exemplo, “[...] pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc.” (ORLANDI, 2007. p. 12)

Os sentidos, por sua vez, não são transparentes, mas opacos e incompreensíveis em sua totalidade, portanto, para construir e interpretar sentidos é necessário acessar o que está no âmbito da memória e da história. Nas palavras de Possenti (2003. p. 38), “[...] o sentido não é

algo prévio e pronto, que uma forma embala; é, antes, um efeito[...]"', efeito este postulado por processos discursivos que envolvem os sujeitos e, inevitavelmente, a história.

Vejam a charge a seguir:



**Disponível em:**

<http://www.esmaelmorais.com.br/?p=69112>

Dada a materialidade imagética dessa charge, vemos dois modos – passado e presente – de se pensar sobre a representação social e simbólica do “ser professor”. É certo que os sentidos construídos acerca dessa imagem são possíveis devido à historicidade que perpassa o processo de (des)estabilização e (des)continuidade histórica e econômica sobre a profissão docente, especificamente, no Brasil.

A materialidade verbo-visual da referida charge mostra a realidade social, histórica e econômica do sujeito professor, sendo este, no passado, aquele sujeito que era tomado por um modelo de virtudes e que reproduzia a ordem burguesa vigente, além de ser uma profissão restrita a classe social de prestígio socioeconômico. Partindo desse domínio, a imagem que se tinha do professor era, portanto, aquele sujeito respeitado, satisfeito, bem arrumado e amado – representado pela maçã vermelha - que mantinha uma relação de poder mais demarcada em relação ao sujeito aluno. Ao passo que, atualmente, a construção imaginária e social acerca daquele é definida e enfatizada a partir da conjuntura social e histórica que o cerca, a exemplo: desvalorização profissional, desmotivação, má remuneração e, conseqüentemente, insatisfação, entre outras questões que estão no domínio do quadro sócio, político e econômico específico da realidade brasileira.

Vale enfatizar que, a questão do desprestígio social vivenciado pela profissão docente na pós-modernidade não é justificada meramente pela redução extensiva de sua remuneração, mas, segundo Albuquerque Júnior (s.a), se justifica pelo “[...] próprio desprestígio da profissão, na perda de status, de valor simbólico da profissão na vida social”.

Em outras palavras, a sociedade passou por mudanças e sedimentações de valores que implicaram ao agir docente um processo de movências identitárias e, que conseqüentemente, desencadeou o processo de descentralização no saber-fazer da prática docente, além de sua desvalorização profissional.

Assim, a imagem “fala” por si, tendo em vista, neste caso, o percurso histórico e a desestabilização social e econômica da docência no Brasil. Ao acessarmos a memória discursiva é possível mobilizarmos sentidos que estão na ordem da história e que, por sua vez, revelam “[...] o processo de construção social sobre os modos de pensar a sociedade” (FONSECA-SILVA, 2007. p. 25).

Partindo deste domínio, temos, portanto, imagens estereotipadas e “negativas”, podemos assim dizer, que foram já cristalizadas na memória social e coletiva acerca do “ser professor” em tempos passados em confronto com o “ser professor” no presente, duas realidades que são antagônicas, mas que compreendem um jogo de relações discursivas dadas as condições sócio históricas em que a charge foi produzida e publicada.

Hoje, mais do que nunca, os discursos que circulam na sociedade acerca da profissão docente e os sentidos que são construídos sobre esta, estão associados, sobretudo, a uma “verdade” e realidade histórica que é construída em torno dos sujeitos: aquele sujeito que ganha pouco e por isto, na maioria das vezes, não é valorizado socialmente enquanto profissional responsável pela construção de sujeitos críticos e participativos na sociedade. Assim, ao longo do tempo, foi se construindo um imaginário social e coletivo que contribuiu para que o professor se tornasse cada vez mais aquilo que a sociedade diz que ele é.

## **2. DISCURSO, SUJEITO, PODER E IDENTIDADE**

Em Análise de Discurso (AD) de base francesa, o *discurso* implica uma exterioridade à língua, no entanto, precisa desta para sua materialização. Assim, as palavras, ao serem enunciadas, trazem à “tona” aspectos de natureza não só linguística como também aspectos sociais e ideológicos, uma vez que, na AD, a língua se inscreve na história para (re)significar. Desse modo “[...] os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações (...) de toda natureza que integram a vida humana” (FERNANDES, 2008. p. 20). O discurso é, pois, heterogêneo e se constitui da circunscrição de vários outros discursos.

Assim sendo, o sujeito discursivo, para a AD, não ocupa uma posição central na formação do seu discurso, mas em sua voz há uma pluralidade de outras vozes que o constitui enquanto ser social e histórico. Partindo dessa dimensão, nos assegura Foucault (1987) que o

sujeito está sob a forma da dispersão, uma vez que, este está sob o domínio de um discurso constitutivamente heterogêneo, perpassado por ideologias que revelam os vários papéis sociais ocupados pelo sujeito dentro da sociedade.

Ao falarmos em sujeito, vale trazer à tona uma rápida reflexão sobre as relações de poder apontadas por Foucault. Sabemos que o *poder* acompanha todas as relações humanas desde a antiguidade, tornando-se assim, inerente à própria cultura humana. Foucault (s.a; p. 242), define, portanto, o poder como um exercício e este exercício “não é simplesmente uma relação entre parceiros individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros”.

Partindo dessa premissa, é possível afirmarmos que em toda e qualquer relação estabelecida entre sujeitos, haverá sempre relações de força e poder, uma vez que este está disseminado sobre toda a conjuntura social e se manifesta através das práticas de discurso. Com isso, o poder, não atua somente no âmbito das instituições, mas também no disciplinamento dos sujeitos, seus corpos e mentes, manipulando assim suas ações e reações linguísticas, discursivas e sociais.

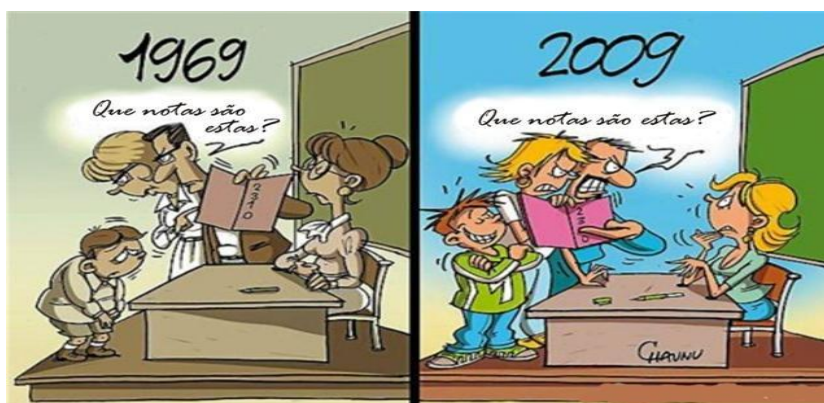
Sendo o sujeito produzido no interior dos discursos, bem como nas relações de poder e saber que se estabelecem socialmente, as identidades também vão sendo construídas dentro de um processo (des)contínuo, isso implica vermos o poder, também, como exercício fundamental na construção identitária do sujeito e de suas práticas discursivas, visto que o mesmo se constitui a partir da heterogeneidade discursiva que lhe permite assumir diversas posições em diferentes lugares sociais, assim:

A identidade do sujeito nunca será a mesma em diferentes momentos e lugares por onde se encontre. O sujeito, assim como sua identidade, está sempre em movimento, desloca-se constantemente de um lugar para outro, e cada lugar ocupado por ele o faz mostra-se outro, diferente de si, atestando o caráter contraditório e inacabado da identidade. (FERNANDES, ALVES JÚNIOR, 2009. p. 113)

Nesse sentido, ainda nos assegura Pimenta (2008. p. 18), “A identidade não é um dado imutável. Nem externo que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado”. A identidade é, portanto, construída a partir de um procedimento de (des)estabilização, passível de transitoriedades e mudanças que ocorrem ao longo do percurso histórico, isto afeta, conseqüentemente, os sujeitos. Assim, a noção de identidade, na sociedade pós-moderna, é apresentada não como algo fixa, estável e coerente, mas como algo plural, fragmentado e descentrado, “formadas e transformadas no interior da *representação*” (HALL, 1992. p. 48).

Frente a uma sociedade globalizada, as identidades começaram a enfrentar transformações inevitáveis em decorrência das mudanças que estavam acontecendo em toda a estrutura sócio-política. Assim, toda esta conjuntura sofreu grandes impactos, internos e externos, e, conseqüentemente, as práticas sociais e discursivas antes tidas como estáveis, foram deslocadas e adquiriram novos sentidos, o que possibilitou a descentralização do poder, a criação de novas e múltiplas identidades, novos sujeitos e novas relações.

Vejam a charge a seguir:



**Disponível em:**

[http://www.neuropedagogia.org/06\\_armadilhas6.html](http://www.neuropedagogia.org/06_armadilhas6.html)

Na materialidade imagética dessa charge, vemos a representação do professor em tempos passados *versus* a representação do professor em tempos atuais. Na primeira época o poder e autoridade estavam centrados no professor, época esta em que o mesmo era considerado o “dono do saber”, aquele que detinha o poder e o conhecimento, assim, as relações entre o sujeito aluno e o sujeito professor era estabelecida de forma distanciada e os papéis sociais eram definidos da seguinte forma: o professor visto como intelectual reproduzidor do conhecimento; aquele sujeito que “tudo” sabe e que era (e ainda é) autorizado institucionalmente para repassar o conhecimento; ao passo que, o aluno era visto como aquele sujeito passivo que “nada” sabia, portanto, cabia a este apreender o conhecimento transmitido pelo professor, além de ter que se responsabilizar pelo seu progresso intelectual.

Ainda nesse sentido, vemos através da materialidade da charge, que antigamente existia e, sobretudo, exigia-se uma demarcação bem definida do trabalho educativo, assim, o sujeito aluno deveria manter, com propriedade, sua responsabilidade pelo próprio sucesso escolar, sem refletir a culpa do seu fracasso somente no sujeito professor, como acontece nos

dias atuais. Estes fatores nos permitem pensar ainda, o papel e representação social da família – passado X presente - refletido na escola de forma diferenciada.

Até décadas atrás as pressões e cobranças, devido ao fracasso escolar, estavam direcionadas ao aluno e a família, como vemos na materialidade linguística “*Que notas são estas?*” questionada pelos pais e direcionada ao aluno. Com o passar dos tempos, devido vários fatores, embora nem todos justificáveis, a família foi se ausentando e transferindo somente para a escola a responsabilidade de instruir e educar, como se a mesma, juntamente com o professor, fossem os únicos encarregados de orientar os sujeitos alunos em sua formação, vemos este sentido revelada a partir da materialidade linguística “*Que notas são estas?*” questionada pelos pais, no entanto, direcionada ao sujeito professor. Estas novas relações, constituídas na contemporaneidade, evidenciaram o processo de desestabilização da tensão família X escola e aluno X professor, o que conferiu unicamente às instituições de ensino e ao sujeito professor a culpa pelas frustrações do aluno relacionadas ao processo de aprendizagem.

Assim, a escola, que antes era o espaço discursivo privilegiado de classe, etnia e gênero, que reproduzia e ensinava a ordem vigente, com o advento da pós-modernidade e, conseqüentemente, com a massificação do ensino, é tomada, cada vez mais, pela desordem e, enquanto lugar institucionalizado é ainda atingido pela inversão e desarticulação de hierarquia do poder, fatores estes que contribuíram para a crise identitária da profissão docente no Brasil. Com efeito, afirma Laclau (1990) *apud* Hall (1992. p. 17-18), que a desarticulação das identidades apresenta também pontos positivos, uma vez que, as identidades que antes eram tidas como estáveis, são desarticuladas e, conseqüentemente, abrem a possibilidade de novas articulações, o que favorece “a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos”.

Aspectos como os supracitados, implicam que novas relações foram invertidas, (des)construídas, e, que, conseqüentemente, novos valores e significações foram permeando a sociedade pós-moderna. Com isso, a centralidade e estabilidade identitária, antes tida pelo sujeito professor, começou a ser questionada, desestabilizada e descentralizada. Nesse sentido, “[...] o caráter transitório da identidade provoca a perda da estabilidade e da fixidez para o sujeito, que, deslocado e descentrado, entra em crise de identidade” (FERNANDES; ALVES JÚNIOR, 2009. p. 112), estes fatores nos admitem afirmar que a construção imagética, antes tida acerca do “ser professor”, começa a ser (re)construída e a ganhar outros sentidos na contemporaneidade.

A crise identitária da profissão docente é, pois, decorrente de vários fatores sociais, históricos e econômicos que foram intensificados com o advento da sociedade pós-moderna,



tais como: a má remuneração, a massificação e obrigatoriedade do ensino, a perda de centralidade e importância profissional no âmbito social e, o processo de feminilização da profissão - predominante até os dias atuais. Este último ponto nos permite afirmar que, na nossa cultura, a profissão docente é quase sempre representada e até mesmo exercida pela mulher, uma vez que esta é vista, na nossa cultura, como aquela detentora de características tidas como inatas que as responsabilizam como principais sujeitos agentes da educação, nesse sentido, o estereótipo social da mulher é apresentado como: aquela que ama, protege, ensina, cuida, educa e que, portanto, está apta a “ser professora”.

Além dessas questões, vemos na materialidade verbo-visual outros sentidos que são possíveis, tendo em vista a historicidade que envolve o sujeito professor em tempos passados, como é o caso das relações de poder e saber que eram mantidas fortemente por esse profissional, principalmente, em “1969”, época esta, fortemente marcada pelo regime ditatorial. Neste momento histórico, primava-se pela manutenção da ordem, da autoridade e do poder, este, por sua vez, era conferido ao governo, às instituições, a classe dominante e as profissões privilegiadas.

O professor era, portanto, o responsável pela ordem e transmissão do conhecimento de forma assimétrica, sendo este conhecimento determinado e controlado pelo regime político vigente. Nesse sentido, o saber que o professor detinha era inquestionável e, implicava proeminentemente, poder, sendo este exercido pelo sujeito professor de forma centralizada. É importante ressaltar ainda que, este poder não foi perdido, mas foi disseminado em todas as relações da estrutura social. Com isso, as relações sociais e discursivas foram desestabilizadas e passaram por movências identitárias, o poder, antes conferido, quase que exclusivamente, ao professor, passou a ser manifestado de forma fragmentada e descentralizada.

Desta feita, vale destacar que, o professor ainda está no topo da hierarquia em se tratando da relação professor X aluno, contudo, outros sujeitos também participam do exercício do poder no processo ensino aprendizagem, tais como o governo, a família, a gestão escolar, bem como os próprios alunos. Assim sendo, todos estes sujeitos possuem e exercem poder uns sobre os outros de formas e níveis diferenciados, com isso, não há um lugar privilegiado e exclusivo de poder, ele é antes uma prática relacional, de tal modo, afirma Foucault (1979) o poder “[...] funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa [...]”.

Em linhas gerais, o poder visto como “exercício e ação de uns sobre outros”, contribui para a (re)construção da identidade do professor, como bem revela os sentidos nas charges, sua representação social vem sendo estabelecida a partir das relações de poder e saber

manifestadas e já cristalizadas no social, além dos valores e acepções conferidos a este profissional em realidades culturais específicas. Nesse sentido, afirma Pimenta (2008, p. 19)

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. (...) Constrói-se, também, pela significação que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, da sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor.

Assim, a representação do sujeito professor tem sido revelada através de suas práticas simbólicas e dos valores atribuídos a ele pela sociedade. Estes valores são “ditados” e arquitetados pela comunidade a partir da dimensão política e social que perpassa todo o percurso histórico da profissão docente. Com isso, a identidade está em constante construção, sendo a mesma estabelecida não somente através das transformações tidas como positivas que ocorreram ao longo do tempo, mas também se leva em consideração um conjunto de fatores outros na construção identitária do docente, bem como o conjunto de estenótipos e significações e das novas relações discursivas que são (re)definidas socialmente no decorrer da história. Vemos, portanto, que a própria crise identitária e as novas relações de poder materializadas na contemporaneidade pelo sujeito professor, contribuem para a constituição de novas e múltiplas identidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer da presente análise verificamos que há uma rede de sentidos que são construídos a partir da manifestação da memória discursiva do sujeito, sendo este histórico e ideológico. Assim, a interpretação estabelecida sobre o perfil simbólico e histórico do “ser professor” foi materializada através da história que se tem acerca da profissão docente no Brasil, levando em consideração, inevitavelmente, a representação social conferida e já cristalizada sobre a mesma.

Desse modo, os sentidos atribuídos ao sujeito professor estão na ordem da história e perpassam um conjunto de estereótipos e significações que foram (des)construídos ao longo do tempo e que contribuíram, conseqüentemente, para a (des)construção e crise de sua identidade. Estes sentidos são ainda certificados pela inversão de valores e rupturas causados a partir das

novas relações que foram (re)definidas entre os sujeitos em suas práticas sociais e discursivas na sociedade pós-moderna.

O discurso que circula socialmente sobre o perfil da profissão docente é, pois, quase sempre, representado pela imagem de uma mulher e/ou como um profissional que está em crise, “falido” não só economicamente, mas também “falido” de domínio, autoridade e poder, além de ser consolidado como um sujeito refém e impotente diante das situações adversas que os cercam. Desse modo, quando falamos na questão “ser professor”, a primeira ideia que construímos, quase sempre, gira em torno de um discurso negativo, que se configura não somente devido às más condições profissionais e econômicas que são oferecidas ao professor, mas que funciona como uma forma de violência, embora simbólica, que denigre a imagem do sujeito professor não só enquanto profissional, mas também como sujeito histórico, político e social.

Assim sendo, as construções de sentidos reveladas nas charges, conforme nos assegura Baracuhy (2008, p.727), são perpassadas por vários outros dizeres e mostram “os jogos entre os saberes e a memória social” que legitimam e, ainda dão credibilidade a formação de novas e múltiplas identidades que emergem na contemporaneidade. As novas identidades surgem, portanto, como uma necessidade em meio a um turbilhão de transformações ocorridas dia após dia, dentro de um processo inevitável, dinâmico e instável, passível de mudanças e transitoriedades contínuas de sentidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBURQUERQUE Jr. Durval Muniz. Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/por\\_um\\_ensino\\_que\\_deforme.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/por_um_ensino_que_deforme.pdf). Acessado em: 22 de junho de 2012.

BARACUHY, Regina. Relaxe e goze: enunciado, memória e poder nas lentes da mídia. IN: Anais do III SEMAD: Sujeito e Subjetividade. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 720-728.

FERNANDES, Cleudemar. Alves; ALVES Jr. José Antônio. Mutações da noção-conceito de sujeito na análise do discurso. IN: SANTOS, João Bosco Cabral dos. (Org.). *Sujeito e subjetividade: discursividades contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 103-117. (Série Linguística in Focus, 6).

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Paulo: Editora Claraluz, 2008.

\_\_\_\_\_. Discurso, sujeito e produção de subjetividade. IN: *Os sentidos desvelados pela linguagem*. LEANDRO, Maria de Lourdes da Silva; ARANHA, Simone Dália de Gusmão; PEREIRA, Tânia Maria Augusto (Orgs). João Pessoa: Ideia, 2012. p. 95-111.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Precisando os limites: Uma distinção necessária. IN: *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 33-45.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e lugares de memória discursiva. IN: *Mídia e redes de memória*. FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; POSSENTI, Sírio (Orgs). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 11-37.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *A Arqueologia do saber*. 3ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. *Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carreiro; Introd. Trad. Antonio Carlos Maia; s.l.; Ed: Forense Universitária; s.d.; p. 231-247.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11ed. Rio de Janeiro: DPA, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. 6ed. Campinas – SP: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5ed. Campinas – SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. IN: ACHARD, Pierre. *Papel da memória*. Trad. e intr. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. IN: *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 6ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 15-33.

POSSENTI, Sírio. Ainda sobre a noção de efeitos de sentidos. IN: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (org.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2003.